



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER N° 210 de 2020.

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE LEI N° 130, DE 2020. Altera dispositivo da Lei Municipal n° 6.697, de 23.2.2017, que estabeleceu o sistema de parcelamento e unificação do solo para fins urbano o Município de Cascavel e dá outras providências.

Proponente: Poder Executivo Municipal

Relator: Vereador Josué de Souza/MDB

Parecer Favorável

RECEBIDO EM
22/12/2020 às 14h
Câmara Municipal de Cascavel - Paraná
Diretoria Legislativa

I – FUNDAMENTAÇÃO

Chegou para análise e emissão da Comissão de Justiça e Redação a Emenda n° 2, de 2020 ao Projeto de Lei n° 130, de 2020 que tem como finalidade alterar a Lei n° 6.697, de 2017 que estabelece o sistema de parcelamento e unificação do solo para fins de urbanos no município de Cascavel.

As alterações propostas pelo Executivo ser referem ao art. 56, caput ao Inciso IV do art. 90, ao art. 94, seu parágrafo único e ao art. 107 da referida lei de parcelamento do solo.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos que regem o art. 43, IV do Regimento Interno, fui designado Relator da presente proposição legislativa, que cumprindo as minhas obrigações regimentais apresento o meu voto para deliberação dos demais membros desta comissão.

Conforme determina o art. 44, *caput*, do Regimento Interno, cabe a Comissão de Justiça e Redação manifestar-se sobre os aspectos constitucionais, legais, regimentais das proposições que são colocadas a sua deliberação.

Como Relator da matéria em apreço, entendo que todos os requisitos de admissibilidade para alteração da Lei de Parcelamento do Solo se fazem presentes, como Ata da Audiência Pública do Concidade, lista de presença. O que garante a legalidade da proposição.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Quanto às alterações propostas não encontrei nada que pudesse ferir os preceitos constitucionais, legais e regimentais, uma vez que o assunto proposto na proposição legislativa em comento se reveste de iniciativa privativa do Poder Executivo Municipal, conforme previsto no art. 58, XXXIII da Lei Orgânica Municipal.

Pautado nesses pressupostos de legalidade, como Relator, manifesto pelo meu Voto Favorável a tramitação do Projeto de Lei nº 130, de 2020, na sua forma apresentada.

III – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Justiça e Redação por meio dos seus Vereadores, nos termos que regem o art. 38 do Regimento Interno, acompanham o voto do Eminentíssimo Relator e opinam pelo **Parecer Favorável ao Projeto de Lei nº 130, de 2020,**

É o Parecer. Sala da Comissão de Justiça e Redação.
Em 21 de dezembro de 2020.

Rafael Brugnerotto
Vereador/Membro

Josué de Souza
Vereador/Relator

Jaime Vasatta
Vereador/Presidente